



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

# Educação e Colonialismo no Piauí: os Múltiplos Sistemas de Ensino e suas Finalidades

## Education and Colonialism in Piauí: the Multiple Education Systems and their Purposes

**Manoel Rodrigues Pachêco Júnior**

Orcid: - 0009-0000-0676-2135

Universidade Estadual do Piauí, Licenciatura plena em História, Coordenação do curso de História – CCHL, Teresina – Piauí, Email: [manoeljunior@aluno.uespi.br](mailto:manoeljunior@aluno.uespi.br)

**Salânia Maria Barbosa Melo**

Orcid: 0000-0002-8642-4757

Universidade Estadual do Piauí; Universidade Estadual do Maranhão, Programa de pós-graduação em sociedade e cultura – PPGSC – UESPI, Email: [salaniamelo@yahoo.com.br](mailto:salaniamelo@yahoo.com.br)

**DOI:** 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38030

**Citation:** Pachêco Júnior, Manoel Rodrigues; Melo, Salânia Maria. (2024). Educação e Colonialismo no Piauí: Os Múltiplos Sistemas de Ensino e suas Finalidades. *History of Education in Latin America - HistELA*, 7(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38030>

**Competing interests:** The author has declared that no competing interests exist.

**Editor:** Olivia Moraes de Medeiros Neta

**Received:** 30/08/2024

**Approved:** 05/10/2024

**OOPEN ACCESS**

**Resumo:**

Este artigo analisa a educação e o colonialismo no Piauí no século XIX, explorando os sistemas de ensino e suas especificidades. Inicia-se com uma discussão sobre os conceitos de ensino e educação, que, embora distintos, estão interligados. A pesquisa examina o ensino na lógica colonial piauiense, mostrando que a ideia de sujeito estava ligada ao poder, excluindo escravos, indígenas e outros grupos. O ensino serviu como ferramenta de imposição cultural e reprodução social, beneficiando uma elite fundiária em detrimento de indígenas, libertos e negros escravizados. Assim, caracteriza-se como um mecanismo de controle, conforme a noção de “reprodução cultural” proposta por Bourdieu.

**Palavras-Chave:** Ensino, Educação, Colonialismo, Sujeito, Piauí

**Abstract:** This article analyzes education and colonialism in Piauí in the 19th century, exploring education systems and their specificities. It begins with a discussion about the concepts of teaching and education, which, although distinct, are interconnected. The research examines teaching in the colonial logic of Piauí, showing that the idea of the subject was linked to power, excluding slaves, indigenous people and other groups. Education served as a tool of cultural imposition and social reproduction, benefiting a landed elite to the detriment of indigenous people, freed people and enslaved black people. Thus, it is characterized as a control mechanism, in accordance with the notion of “cultural reproduction” proposed by Bourdieu.

**Key-words:** Teaching, Education, Colonialism, Subject, Piauí.

## Introdução

Definir ensino e educação é uma tarefa árdua, isto em função da amplitude dos conceitos que seguem a pluralidade dos sistemas sociais presentes anteriormente nas mais diversas sociedades e que, por vezes, variam dentro de um mesmo sistema sociopolítico. Posto que a educação, ao apresentar-se como meio de transmissão de aspectos culturais, históricos e comportamentais de um sistema social ou grupo politicamente hegemônico, configura-se como sendo um fenômeno evidentemente social (DURKHEIM, 2019. p. 98.). Para defini-los, é preciso buscar pontos congruentes que serviriam para formar uma rede de características comuns a todas as experiências analisadas.

Ao definir o sistema educativo, Durkheim explora a ideia de que, em todas as sociedades, esses sistemas se apresentam sob um duplo caráter: singular e múltiplo. Múltiplo por se apresentar de formas distintas dentro dos diversos modelos sociais que são permeados por ideologias e perspectivas culturais e históricas cuja influência afeta diretamente a elaboração e aplicação prática da educação. É também singular, pois, em cada modelo, por mais distinto que seja, apresenta características em comum ou aspectos presentes em maior ou menor intensidade em todas as culturas por mais que estas apresentem características *sui generis* do meio em que se encontram.

Ainda segundo essa lógica, “A educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma das crianças as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva.” (DURKHEIM, 2019. p. 53.). Todavia, ao trazer essa análise, Émile Durkheim constitui um modelo único que inclui tanto a prática do ensino quanto da educação no que ele denomina de “Sistema educativo”. De acordo com o autor, o sistema educacional seria o meio pelo qual a sociedade perpetua e fortalece as

características e saberes essenciais para a vida em sociedade por meio da reprodução de conhecimento, feita de forma ativa pelo professor enquanto adulto dotado de conhecimento para o aluno, visto pelo autor como uma tábua rasa destinada a receber todo o conhecimento de forma passiva.

Todavia, apesar de apresentar pontos cruciais na compreensão do tema, Durkheim é inexato ao definir diversos aspectos do que seria o sistema educacional. Inicialmente por definir a educação como um macro sistema responsável por todos os aspectos do ensino e formação do sujeito, em segundo ao caracterizar o aluno como uma tábua rasa em uma perspectiva dicotômica entre aluno e professor. Para melhor compreensão do tema é preciso ter em mente que ensino, educação e sistemas de ensino e ou educação são todos conceitos distintos, dotados de características próprias e por vezes similares, porém não sinônimos.

O ensino tende a ser compreendido por duas características principais: “A transmissão dos conteúdos escolares, e a ideia segundo a qual a professora é o elemento central deste processo, sem o qual o conhecimento sistematizado não pode ser apropriado pelo aluno.” (Mogilka, 2002, p.2). Isto é, trata-se processo de transmissão acrítica de informações previamente selecionadas e aparentemente não-políticas. Sistematizadas segundo um conjunto de meios, estruturas e instituições, públicas e privadas, que organizam e promovem a educação oficial, que recebem o título de sistema de ensino.

Esse sistema é definido principalmente pela legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal no cenário atual do país, que estabelecem as diretrizes, normas e responsabilidades para a oferta da educação em seus diferentes níveis e modalidades. Englobando não apenas o conteúdo e metodologias de ensino, mas também aspectos administrativos, de formação docente, recursos a serem destinados, base mínima de conhecimento, entre outros.

A educação, no entanto, está mais ligada à formação do ser social (Durkheim, 2019. p. 54). Isto é, envolve também a transmissão de saberes ligados a crenças religiosas, ancestralidade e aspectos culturais que marcam a relação dos sujeitos dentro da sociedade em que estão inseridos. Desse modo, é seguro afirmar que “A educação reflete o modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam em sua sociedade.” (Marques e Oliveira, 2016, p. 191), isto é, contribui na formação plena do sujeito ao trazer em si aspectos socioculturais que, juntamente com as relações desenvolvidas no território e com o território, influenciando e sendo influenciada pelo meio no processo de construção da identidade.

Compreendido então que ensino e educação são conceitos distintos, é preciso compreender a partir de então que, em sua práxis, esses conceitos encontram-se ainda mais fragmentados a depender do contexto sociopolítico em que estão inseridos.

Ao tratar do Piauí a problemática encontra-se no sucateamento do ensino oficial que, em decorrência de diversos fatores não pode abarcar a demanda da população, levando a fragmentação do sistema de ensino em diversas instituições como escolas particulares, escola dos educandos e artífices, internato artístico, ensino familiar, entre outros que foram frequentemente utilizados como ferramenta política ou mecanismos de controle no decorrer do século. Ocasionalmente índices de analfabetismo exorbitantes no decorrer de todo o século XIX com consequências que se estendem até a contemporaneidade.

A partir de então objetiva-se compreender as razões por trás do aparente sucateamento do ensino na província e sua relação com as elites políticas e econômicas atuantes. O que levou a uma fragmentação no ensino seguido de uma baixa absorção por parte da população. Ademais, o presente artigo pretende debruçar-se sobre a análise desses diversos sistemas de ensino em voga nesse período, suas principais características e objetivos dentro do sistema político social do Piauí oitocentista tendo em vista ter sido esse um período de grande efervescência no cenário político e econômico da região.

Vale ressaltar que a educação não está presa ao ambiente escolar, como é o caso do ensino atualmente. Por entender a educação como projeto de formação histórica, social e política do sujeito e compreendendo que esses sujeitos são plurais pode-se concluir que o processo educacional seguirá a mesma lógica, o que impossibilita a ideia de padronização do saber comumente ligada ao ensino estático. A educação está em movimento e não se resume há “uma mera aquisição de informações, não acontecia a partir de uma simples associação de ideias armazenadas na memória, mas era um processo interno, ativo e interpessoal.” (Damiani e Neves, 2006, p.1).

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa e histórica, focando na análise documental e revisão bibliográfica para explorar a intersecção entre educação e colonialismo no Piauí durante o século XIX. A pesquisa examina textos acadêmicos, documentos históricos e obras literárias, destacando como os sistemas educativos são influenciados por contextos sociopolíticos e culturais, promovendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e identidades sociais na formação educacional.

Cabe ainda destacar que ensino e educação são ações distintas, mas não antagônicas e atuam ambos sobre os sujeitos de maneiras distintas. Tendo em vista que a formação social dos sujeitos é formada por meio da interação dialética que se dá entre o ser humano, a sociedade em que está inserido e os saberes impostos a ele, podemos afirmar que o ensino é também um agente de formação social na medida em que inclui aspectos históricos e culturais dentro de sua grade curricular de modo a ir além da transmissão de um conteúdo teórico deslocado da realidade material do aluno.

## **Metodologia**

A metodologia deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa e histórica, utilizando análise documental e revisão bibliográfica para investigar a relação entre educação e colonialismo no Piauí no decorrer do século XIX. Foram analisados textos acadêmicos, documentos históricos e obras literárias que refletem as experiências educativas e sociais da época, procurando compreender como os sistemas educativos são moldados por contextos sociopolíticos e culturais específicos. A pesquisa enfatiza a importância de compreender a educação não apenas como um mecanismo de transmissão de conhecimento, mas também como uma ferramenta de dominação e controle social, que perpetua as desigualdades existentes na sociedade piauiense.

Além disso, a metodologia inclui uma análise crítica de narrativas históricas e políticas educacionais implementadas, considerando a perspectiva de autores clássicos como Émile Durkheim e Pierre Bourdieu. Esses referenciais teóricos servem para interpretar como a educação reflete e reproduz as relações de poder e as estruturas sociais da época. O estudo também investiga as resistências e as vozes de grupos marginalizados, como a população negra e indígena, que são historicamente excluídas dos processos educacionais formais. Esta abordagem permite uma

compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das identidades sociais na formação, contribuindo para um debate mais amplo sobre a educação como fenômeno social e cultural.

## **O ensino dentro da lógica colonial**

A ideia de sujeito na sociedade piauiense foi elaborada de forma a entrelaçar-se à ideia de poder dentro desse mesmo sistema social. Ou seja, existir e atuar dentro daquela sociedade oitocentista não significaria necessariamente que o indivíduo se tornaria sujeito. Isto porque tais definições seguiam ainda as diretrizes do colonialismo, segundo o qual um sujeito seria somente aquele que fosse, em primeiro lugar, livre e em segundo, detentor de propriedades consideráveis. Essa concepção excluía à primeira vista a população escravizada negra ou indígena, seguido da população de homens livres e pobres.

Um paralelo que pode ser encontrado tanto na prática colonialista em um sentido continental quanto no processo de construção social do Piauí é a base do sistema de produção. Mintz e Price (2003, p.51) ao discorrerem sobre o colonialismo afirmam que,

Numa colônia após outra, os escravos foram obrigados a cultivar terras para produzir parte de sua própria subsistência (ou tiveram permissão para fazê-lo). Repetidamente, eles se tornaram produtores de uma parcela substancial do total de alimentos consumidos pela colônia, inclusive por suas classes livres. (Mintz e Price, 2003, p.51)

O mesmo padrão pode ser encontrado dentro da formulação interna do sistema social piauiense onde a população colonizada, primeiramente nativos, posteriormente africanos e por fim agregados compunham a base do sistema econômico e social, mas que muitas vezes não eram considerados parte desse sistema enquanto indivíduos, sendo reconhecidos apenas como massa de indigentes. Por se tratar de um tecido social bastante heterogêneo, foram desenvolvidos diversos sistemas de coerção que vão desde os mais bárbaros, como o genócidio e epistemicídio seguindo do controle direto sobre o corpo, exercido contra o escravizado africano e o nativo, até mecanismos mais sutis como o ensino.

Estes mecanismos são, de modo geral, ferramentas construídas e exercidas de diversos modos durante as relações sociais com o objetivo de garantir sobre um indivíduo ou um povo um padrão específico de comportamento, caracterizando assim um instrumento de dominação, sem se deixar esquecer que esses mecanismos não estão restritos somente a determinados grupos, tendo em vista que,

O entendimento do que seja dominação é expresso na aula de Foucault Soberania e disciplina. Não se trata de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas das múltiplas formas de dominação que se podem exercer na sociedade. (URSO, 2016, p.36).

Essa dinâmica no processo de dominação fica evidente ao compararmos os mecanismo de controle impostos sobre os escravizados residentes nas fazendas, caracterizado por um controle mais direto marcado por uma violência constante, com os mecanismos impostos sobre os chamados “Escravos de ganho” atuantes na Bahia que, por se encontrarem distantes do domínio do seu senhor foram postos sob uma tentativa de dominação sobre o corpo através da objetificação (Reis, 1993, p.21), ao terem de carregar placas no pescoço<sup>i</sup> indicando seus dados e dos seus senhores.

No cenário piauiense, não somente os escravizados, mas ex-escravizados, libertos e afins viviam em uma relação direta com as fazendas, tecendo um sistema de relações de dependência e controle dos oligarcas, que definiriam para si uma figura paternalista através diversos artifícios, como a prática do favor que nada mais é do que a forma

encontrada para manter e perpetuar os paradigmas coloniais da escravidão para além da sua práxis.

No entanto, as formas de dominação e controles identificadas no Piauí são anteriores a prática do favor. A paternagem enquanto discurso aparentemente indulgente utilizado pela elite para justificar seus atos de dominação podem ser vistos na política de descimentos, primeiro sistema oficial de ensino identificado no processo de construção social do território piauiense e que consistia em um processo de aculturação e escravidão de nativos encontrados na região.

Essa política consiste em coagir grupos originários a se mudarem para os arredores dos acampamentos e aceitar passar por um processo de aculturação que resultaria em uma morte social (Paterson, 2008, p.21) que consiste na prática de levar um indivíduo ou grupo a alterar a forma como ela observa e interage com o mundo a sua volta, transformando força em direito, obediência em dever e reduzindo os sujeitos a estrangeiros em suas terras ou pior, a espaços vazios, isto é, desumaniza-los e encara-los apenas como ferramentas impessoais de trabalho.

A posteriori a política de descimentos, a instrução pública foi instituída no Piauí com uma proposta aparentemente mais democrática, como bem relata o presidente da província em relatórios oficiais ao referir-se à instrução primária como sendo considerado o fio de Ariadne para a vida social.<sup>ii</sup> Essa instrução, no entanto, encontrava-se distante social e geograficamente da maior parcela dos habitantes da província e encontrava-se em estado de abandono em todo o território, levando a um sentimento de não-necessidade da educação oficial.

O ensino primário também trouxe em sua formulação diversos abismos, a começar pela grade curricular incompatível com da realidade histórica e cultural desta população, e contara com disciplinas como: Latim, Francês, Filosofia, Geometria, Geografia, Retórica e Língua Nacional. Uma grade curricular distante cultural e historicamente da maior parcela da população no período acordado. O resultado desse abismo cultural pode ser bem representado através da obra literária *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, em que a Personagem Belonísia, representando a visão da população de homens pobres e livres a respeito do ensino oficial, afirma:

Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa. (VIEIRA, 2019, p. 97.)

Demonstrando assim que os aportes metodológicos importados da Europa não foram implantados tendo-se em mente a população residente do local, mas obedecendo há um metarrelato imperialista. Isto é, um discurso social onde apenas alguns poucos indivíduos a quem caberia a função de criar e perpetuar aqui um sistema de exploração e exclusão social já atuante em diversos locais do mundo através da indústria colonial. Uma espécie de representação da Europa nas américas.

Desta maneira, a estrutura de ensino serviu a priori como uma ferramenta de imposição cultural, tendo em vista que a implantação de um sistema de ensino traz consigo uma ideia de sociedade, cidadão e civilização que, no caso da historiografia brasileira, excluiu nativos, e negros libertos e escravizados. Nesse sentido, o Ensino caracteriza-se como um mecanismo de controle na medida que é construído em diversas instâncias para beneficiar a elite que se configura nesse projeto, como os

latifundiários do Piauí oitocentista. De modo geral, o ensino age sobre o que Bourdieu define como “Reprodução Cultural”<sup>iii</sup>, sendo este

O processo pelo qual um grupo, como por exemplo a burguesia francesa, mantém sua posição na sociedade por meio de um sistema educacional que parece ser autônomo e imparcial, embora na verdade selecione para a educação superior alunos com as qualidades que lhes são inculcadas desde o nascimento naquele grupo social. (BURKE, 2008, p. 77)

O ensino oitocentista assume em sua aplicação prática o conceito de reprodução cultural, inicialmente através da burocratização do ensino formal que se localizava geográfica e culturalmente distante dessa população interiorana, impondo assim condições aparentemente naturais que ocasionaram situações de distanciamento entre as populações residentes nas regiões agrárias e as poucas vilas em processo ainda de urbanização e, por conseguinte, a fixação desses grupos sociais nos arredores das fazendas e comunidades agrícolas. Todavia, a ideia de naturalidade destas mazelas não encontra confirmação na prática, tendo em vista que, como é exposto de forma recorrente na documentação referente ao período, o interesse por parte do Estado em estabelecer uma rede de ensino abrangente geográfica e socialmente era irrisória.

Essa reprodução cultural é fruto do que (Lander, 2005, p.13) define como “Um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno.” fruto de um pensamento monista verticalizado e desterritorializado (Bispo, 2015, p.) atualmente denominado de globalização, que “Em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada.” (Santos, 2001, p.27) e é oriundo de um discurso colonialista que define o que é nação e o que é estrangeiro através de um padrão arbitrário de civilização que definira-se simultaneamente como superior e normal, definindo os sujeitos que escapam a essa lógica como inumanos, como folhas em branco ou espaços vazios.

## **Principais mecanismos de ensino atuantes no Piauí.**

Diante disto e tendo ciência dessa dupla finalidade do ensino, torna-se necessário questionar: Quais aspectos e agentes de formação estão sendo inseridos dentro do sistema de ensino e com que finalidade? voltando-se para o Piauí no século XIX podemos destacar diversos mecanismos de ensino que teoricamente atuavam de modo simultâneo em todo o território, mas não sob a mesma dinâmica ou com o mesmo objetivo.

Desde a formação do território piauiense, o processo de implantação do ensino encontrou diversos entraves que iriam desde a logística até a falta de professores dispostos a seguir na profissão. Embora houvesse um interesse mesmo que secundário por parte da coroa em estabelecer um sistema oficial de ensino, durante boa parte do século XVIII essa pretensão não logrou êxito na província do Piauí, como deixa evidente Anísio Brito ao relatar que:

Todas as capitanias ostentam as suas escolas leigas, exceção única a do Piauí, que, desde fins do século XVIII implorava à metrópole portuguesa, a criação de escolas, visto permanecer a população na mais completa ignorância do que fosse alfabeto. (BRITO, 2018. p. 55).

Ainda tratando-se do processo de formação da região, os Jesuítas atuaram ativamente no processo de ocupação do território através da política de “descimentos” que forçava populações nativas a se deslocarem para as proximidades das fazendas, sob ameaça de morte, através das chamadas “guerras justas”. Nesse processo, os nativos foram submetidos à aculturação e escravização. Vale ressaltar que ter no

primeiro sistema de ensino oficial instalado na região um instrumento de coerção e exploração influenciou a relação entre a população e o sistema de ensino ao longo dos séculos subsequentes.

No decorrer do século, apesar de passar por algumas mudanças, o ensino piauiense enquanto meio de formação permaneceu sem forças ou incentivo. Uma característica que não se manteve isolada na História Piauiense. Já no ano de 1809 o Governador Carlos César Bulamáqui elabora um ofício para o então ministro Dom Rodrigo de Sousa no qual relata as péssimas condições financeiras da capitania, nesse ofício o Governador relata que, no ano de 1804, os dízimos reais teriam atingido o valor de 118:506\$500 dos quais somente 350\$000 teria sido destinado ao ensino (Costa, 2010, p. 19) demonstrando assim que o ensino oficial fora mantido em segundo plano.

A falta de incentivo em um sistema abrangente de ensino manteve-se por todo o século XIX, como evidenciam relatórios governamentais das décadas seguintes segundo os quais, "do mesquinho ordenado dos professores, que mal dá para o seu passadio, ainda elles devem destrahir o quantitativo necessario para o alluguel da casa em que daõ a aula." (Relatório da presidência da província, 27.06.1857, APPI). Esses entraves diretos e indiretos como o pagamento dos professores que muitas vezes era realizado com artigos alimentícios e afins, obrigando-os a procurarem outros meios para se manterem ao mesmo tempo que deveriam manter por si mesmos a escola levariam ao estado de sucateamento do ensino na região e uma subsequente sensação de não-necessidade do ensino formal entre a população.

De tal modo, é evidente que a institucionalização do ensino de forma abrangente não representou uma preocupação no que diz respeito à província do Piauí como bem demonstra a fala do presidente da província no ano de 1853, ao afirmar que

Alguns dos professores de meninos não reúnem em si as precisas habilitações. Outros não se entregam no ensino. Convenientemente, hua bôa parte da população indigente, pelas longas distâncias em que habita, dos povoados ou vilas, não póde frequentar as escolas. (Relatório da presidência da província, 05.12.1853, APPI).

Ao tratar como indigente as populações agrárias que se localizavam distantes dessas zonas em processo de urbanização e demonstrar alívio com relação a baixa mobilidade desses povos, o relator deixa evidente que o ensino oficial era visto como necessário, mas não igualitário e muito menos amplo, sendo destinado somente a grupos específicos da sociedade.

A crise na infraestrutura poderia representar um dos motivos para a baixa frequência de alunos. No entanto, a oferta de disciplinas poderia representar também um destes entraves, dado que, se baseiam em moldes importados de países europeus sem considerar a conjuntura do local a ser implantado, ainda na tentativa de fundar no Novo Mundo uma nova Europa, dando a experiência europeia um caráter universal não como um exemplo que poderia ou não ser seguido, mas como um projeto de naturalização de seu modelo social (Lander, 2005, p.13) tendo por base a ideia de uma necessária superioridade do conhecimento e articulações por ela desenvolvida em detrimento de qualquer outra forma de conhecimento.

A instrução primária, embora mais inclusiva em suas disciplinas, pois era voltada principalmente ao ensino das primeiras letras<sup>iv</sup>, não se encontrava em uma situação muito distinta. Contava no ano de 1857 com 21 cadeiras pertencentes ao sexo masculino e 11 cadeiras pertencentes ao sexo feminino<sup>v</sup>. Nos quais estavam ingressados 587 alunos do sexo masculino e 198 alunas do sexo feminino, totalizando 785 alunos matriculados no ensino básico em detrimento dos 17 alunos matriculados no ensino secundário.



Dessa forma, em decorrência do processo de sucateamento do ensino oficial em paralelo a diversos outros fatores como organização espacial dos diversos grupos sociais dentro do território, a falta de incentivo a profissionais devidamente instruídos e estabelecimentos próprios, a responsabilidade de alfabetizar a população piauiense esteve dividida e fragmentada. Esta fragmentação ocasionou o surgimento de diversas instituições com características e estruturas particulares e diversas com o tentar suprir a falta deixada pelo ensino oficial, tais como: Instituições particulares, a escola de artífices, e o próprio ensino familiar.

As instituições particulares foram atuantes em todo o século XIX mesmo que com pouca adesão (Costa, 2010, p.17) e mantinham uma grade de estudos semelhante ao que seria previsto para o ensino oficial, contando com disciplinas como latim, filosofia, retórica e francês, e em alguns casos tendo maior foco na instrução religiosa como é o caso da escola de primeiras letras de ensino mutuo do padre João José de Carvalho (Vieira, 2013, p.139) . Geralmente funcionam na propriedade do próprio professor que era também responsável pelos materiais necessários e objetivava uma “Educação litteraria mais conveniente do que aquella, que podiam colher no seio da capital.” (ALENCASTRE, 1857, p. 36).

A escola de artífices era destinada a oferecer abrigo, educação primária e profissional para crianças desvalidas, exclusivamente do sexo masculino e geralmente filhos de escravizados que haviam sido libertos através da lei do ventre livre. Contudo, o contingente de alunos matriculados era bastante reduzido e os resultados desanimadores. Como bem demonstra o quadro de alfabetização dos educandos matriculados nas aulas de primeiras letras da escola de artífices referente ao ano de 1857, o grau de alfabetização dos alunos variava majoritariamente entre mal e sofrível. Outro fator a se considerar é que a faixa etária dos alunos matriculados na escola de artífices variava entre 13 e 22 anos, sendo os mais velhos a apresentar os maiores índices de evasão, provavelmente em decorrência da necessidade de trabalhar tanto nas atividades artesanais em que se profissionalizaram quanto no campo.

O ensino familiar, por fim, era destinado aos diversos grupos sociais residentes na região agrária, tais como: lavradores, pescadores, agregados e afins. Esse sistema de ensino tinha por objetivo inicial, instruir à alfabetização, ou seja, os saberes relativos ao ensino primário na instrução pública sem nenhum aprofundamento, para que essa população pudesse atuar de melhor forma na criação do gado, através da fixação dessas populações no meio rural. O Ensino familiar dedicava-se ao aprendizado das primeiras letras e da matemática básica, mas visava também ensinamentos a respeito das rezas, e saberes práticos da vida e trabalho desses povos, além de elementos da cultura e ancestralidade das populações tradicionais ali residentes, tornando-se então mais próximo culturalmente daquela população, como destaca Gameiro (1980, p. 11)

“la largado nos braços do desconhecido, debulhando oração forte, ensino de minha avó, uma santa que m'ensinou as primeiras letras e do um até o dez, em antes d'eu ter mestra, alugada por minha mãe.” (GAMEIRO, 1980, p. 11).

Alvina Gameiro utiliza-se da literatura para representar e descrever o ensino familiar que pouco foi retratado nas fontes ditas oficiais. Como bem demonstra a autora, esse modelo de ensino encontrava-se em contato muito mais íntimo e próximo da realidade das famílias e comunidades em que estava inserido. Sendo em alguns casos iniciado pelos pais ou parentes mais velhos que outrora haviam sido alfabetizados da mesma maneira, ou então por professores itinerantes, mas mantendo sempre um vínculo direto com a cultura da região, integrando-se a mesma sem tentar suprimi-la ou substituí-la.

A relevância do ensino familiar no cenário piauiense é percebida também através de sua dinâmica propedêutica que garantia um determinado reconhecimento por parte das estruturas oficiais de governo. Isto é, não se dava através de uma dinâmica isolada do ensino oficial, mas coexistiam em paralelo. Essa dinâmica é perceptível no fato de que alunos alfabetizados pelo ensino familiar poderiam, se houvesse condições para tal, realizar uma prova em instituições de ensino oficiais e receber um diploma com seu grau de escolaridade adequado e em determinados casos até continuar os estudos, sendo assim responsável pela quase totalidade dos alfabetizados da população piauiense no período em questão.

## **Ensino familiar: quando o ensino torna-se educação**

No decorrer do século XIX, o Piauí, como muitas outras regiões do Brasil, possuía um sistema educacional bastante precário. As escolas públicas eram escassas e mal estruturadas, e o acesso aos meios de ensino eram extremamente limitados, especialmente nas áreas de maior concentração da população agrária. Nesse contexto, as famílias que apresentavam melhores condições financeiras contratavam tutores privados ou enviavam seus filhos para estudar em outras regiões ou instituições de ensino privadas, enquanto a maioria da população dependia do ensino familiar.

Dentro dessa perspectiva, o ensino familiar emergia não apenas como uma alternativa, mas como uma necessidade. Pais e responsáveis, muitas vezes sem formação formal, assumiam a tarefa de instruir seus filhos nas áreas básicas do conhecimento, utilizando os recursos disponíveis e transmitindo, ao mesmo tempo, valores e habilidades práticas essenciais para a vida em uma sociedade predominantemente agrária.

Havia, dentro do processo de ensino piauiense, uma dualidade no que se refere aos sistemas de ensino atuantes nas regiões agrárias em relação com o ensino oficial difundido de forma insipiente em algumas poucas vilas caracterizadas como zonas ainda em processo de urbanização ou desenvolvimento na perspectiva ocidentalizante do discurso social. Todavia, apesar dessa relação aparentemente polarizada, os distintos modelos de ensino não apresentavam um caráter maniqueísta, mas propedêutico. Isto é, teriam funcionado em relação direta com o ensino oficial servindo como uma base na qual os alunos mais distantes poderiam aprender instrução primária e em seguida prestar exame em alguma instituição própria e receber seu diploma de formação primária.

Apesar de assumir um caráter propedêutico, sobre o ensino familiar não vigorava a mesma estrutura engessada que o ensino oficial. O primeiro elemento de distinção era o próprio ambiente no qual funcionava o ensino. Enquanto o ensino oficial apresentava, mesmo que de forma paupérrima, pontos e estabelecimentos fixos para o seu funcionamento, o ensino familiar obedecia à demanda dos fazendeiros. Em outras palavras, cabia aos fazendeiros contratar um mestre-escola itinerante que iria se instalar nas terras do contratante por tempo necessário para o ensino básico focado na alfabetização, isto é, o estudo das primeiras letras e da matemática básica para os meninos e as prendas domésticas e fundamento cristão para as meninas.

Além disso, eram ensinados também ensinamentos próprios para a vida e trabalho desses grupos sociais. Esses ensinamentos eram ministrados por mestres-escolas. Estes não se tratavam de magistrados trazidos de fora para ensinar Latim ou retórica. Eram homens com instrução básica nas quatro operações e nas primeiras letras, alfabetizados muitas vezes também de modo informal e que se dedicavam a repassar

os seus saberes adiante. Eram divididos, grosso modo, entre o mestre de cátedra erradia, também chamados de “mestres ambulantes” (Vieira e carvalho, 2018, p.418), que recebiam esse título por migrarem de uma região para a outra em busca de quem contratasse seus serviços, e o mestre de cátedra cativa que, por sua vez, recebia os alunos em sua própria residência.

Estes mestres atuavam utilizando-se de uma metodologia prática e utilitária, visava ensinar a contar, ler e escrever, além de plantar, caçar, construir cercas, etc. A exemplo dessa dinâmica, destaca-se Belarmino Bola-de-Ouro (Pereira, 1996). Belarmino se instalava nas terras do contratante pelo período necessário para o cumprimento do aprendizado. Durante esse período os alunos viveriam com o Mestre-Escola quase em tempo integral, durante o qual lhe seria ensinado os saberes básicos das letras e números através da leitura de cartas adquiridas ao longo da vida do Mestre, cartas estas que viriam a suprir a demanda por materiais didáticos raramente encontrados até mesmo dentro do ensino oficial. Além de saberes ligados a cultura, trabalho e relações sociais desses grupos sociais.

Dessa forma, o ensino familiar atuava tanto na transmissão dos saberes básicos, que visavam a alfabetização dos alunos residentes nas regiões agrárias. Como também diretamente na formação desses sujeitos enquanto integrados à comunidade, nesse sentido, a comunidade é, portanto, “Um ‘espaço de vida’. O que caracteriza a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza.” (Brandão e fagna, 2012, p.111). Relações essas que se mantiveram firmes mesmo diante a tentativa de aculturação realizada pelo ensino oficial.

Todavia, apesar de seu caráter mais pragmático, eram respeitados onde estivessem, tendo sua importância como mestre e professor reconhecida em toda a região, como ressalta Pereira (1996)

Naquele tempo, um mestre era um verdadeiro achado e quem tivesse a sorte de ter um à mão, nunca ousava desgostá-lo, nem que fosse por força de um motivo forte. Ao mestre dava-se carta branca e, contrariá-lo com a supressão de tais prerrogativas, seria uma temeridade. (PEREIRA, 1996, p. 21).

Tal reconhecimento contrasta com o tratamento dado aos professores empregados no ensino oficial, como destaca o relatório do presidente da província Antonio Correa de Couto, 1959: “Deste modo um professor mergulhado na miséria e sem a força moral suficiente não pode infundir confiança aos Paes de família.” (RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 27.06.1859, APPI). Em um sistema que não priorizava o ensino, os professores do ensino oficial eram frequentemente ignorados ou desprezados pelo Estado através do abandono, falta de apoio logístico e do mesquinho salário do qual deveria manter a si e a escola em que trabalhava. Tal tratamento resultava também na falta de apoio social.

O ensino familiar frequentemente transcendeu a mera transmissão de conhecimento acadêmico no decorrer do século XIX, transformando-se em uma educação mais abrangente. As famílias ensinavam não apenas a ler, escrever e contar, mas também transmitiam valores culturais, práticas religiosas e habilidades práticas necessárias para a vida rural, como agricultura e manejo de animais. Este processo educativo estava intrinsecamente ligado ao modo de vida e às necessidades da comunidade. Em um ambiente onde as instituições ou mesmo a prática no ensino oficial eram raras, o ensino familiar precisava ser versátil e adaptável as diversas realidades encontradas ao longo do território. Os mestres contratados não eram apenas professores de disciplinas acadêmicas, mas também mentores, responsáveis por moldar o caráter e preparar os filhos para a vida adulta.

Dessa forma, o ensino familiar ilustra como o ensino pode transformar-se em educação ao incorporar a transmissão de valores, habilidades práticas e a preparação para a vida em sociedade, sem necessariamente escamotear as relações com o espaço em que esse conhecimento está sendo produzido e as técnicas (Santos, 2006, p. 22)<sup>vi</sup> utilizadas nesse processo. No contexto de uma região com poucas oportunidades educacionais formais, o ensino familiar emergiu como uma solução adaptativa e multifacetada, embora não isenta de desafios.

Ao distinguir entre ensino e educação, fica claro que o ensino familiar foi além da simples transmissão de conhecimento acadêmico, englobando a formação integral do indivíduo. No cenário piauiense, essa prática foi essencial para a sobrevivência e desenvolvimento das comunidades, demonstrando a capacidade das famílias de adaptar-se e criar um ambiente educativo rico, apesar das limitações impostas pelas circunstâncias históricas e sociais.

## **Considerações finais**

O presente ensaio apresentou uma análise detalhada dos distintos sistemas de ensino e educação atuantes no Piauí durante o século XIX, bem como aos mecanismos de controle e dominação, que podem ser evidenciados por meio da formulação das políticas educacionais em um sentido macro, de modo que o aparente descaso e abandono por parte do Estado revelou-se um mecanismo político e social que tinha por foco a perpetuação das populações tradicionais residentes no território como mão de obra a ser explorada com o intuito de alimentar um sistema de produção caracterizado pela pecuária em alguns momentos e pela monocultura em outros. Evidenciando as diferenças entre a utilização e objetivos do ensino oficial e do ensino familiar nesse contexto.

Fica evidente que o ensino oficial foi marcado por diversos entraves, como a falta de incentivo e apoio do Estado, o baixo salário dos professores e o consequente desprezo da população por esse tipo de ensino. Em contraste, o ensino familiar surge como uma solução adaptativa e consideravelmente mais próxima da realidade dessas populações, atendendo às necessidades das comunidades rurais. Esse sistema de ensino vai além da simples transmissão de conhecimentos acadêmicos, envolvendo a formação integral do indivíduo, com a transmissão de valores culturais, práticas religiosas e habilidades práticas necessárias para a vida nas regiões predominantemente agrárias.

Nesse contexto, o ensino familiar desempenhou um papel essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento das comunidades agrárias, demonstrando a capacidade desses grupos de resistir, mesmo que de maneira silenciosa, às tentativas de aculturação sobre eles impostos. Apesar das limitações impostas pelas nações históricas e sociais. Essa prática ilustra como o ensino pode se transformar em educação quando se leva em consideração os aspectos socioculturais e as necessidades específicas da comunidade em que está inserido.

Por fim, é possível observar, a partir das particularidades do método educativo que se manteve por séculos no Piauí, em que as populações agrárias não aceitam passivamente as imposições culturais e os diversos mecanismos coercitivos que elas constituem. Pelo contrário, através das suas próprias estratégias de preservação dos seus valores culturais, resistem, mesmo que discretamente, à dominação e controle exercidos pelas elites fundiárias, apropriando-se e resignificando ferramentas de poder para proteger a sua história e cultura.

Em suma, o presente artigo revela a complexidade do sistema de ensino no Piauí durante o século XIX, destacando a importância do ensino familiar como uma alternativa adaptativa e culturalmente relevante em um cenário de escassez de oportunidades educacionais. Essa análise contribui para uma compreensão mais ampla da relação entre ensino, educação e as dinâmicas socioculturais no Piauí oitocentista.

## Nota

---

<sup>i</sup> Reis, argumenta que “Ter no corpo o penduricalho seria uma forma indigna e humilhante de controle dos africanos.” (Reis, 1993, p.18). Isto porque tanto os escravizados quanto a Elite compreendiam a importância política do corpo.

<sup>ii</sup> Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauí o Exm. Snr. Dr. João Jose de Oliveira Junqueira Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de Julho de 1858, p. 10.

<sup>iii</sup> BOURDIEU, Pierre. A reprodução, elementos de uma teoria do sistema de ensino. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p.64.

<sup>iv</sup> O ensino de primeiras letras com caráter de instrução elementar havia sido oficializado a pouco tempo, por meio do decreto de 4 de setembro de 1815 e regulado em virtude da lei de 15 de outubro de 1827.

<sup>v</sup> Relatório da Presidência da Província, 1854, Appi. P. 10.

<sup>vi</sup> Milton Santos nos traz o conceito de “Tecnoestrutura” originalmente debatida por G. Böhne, segundo o qual Tecnoestrutura seria o resultado das inter relações essenciais do sistema de objetos técnicos com as estruturas sociais e as estruturas ecológicas. (Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.)

## Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. Rio de Janeiro: IHGB, 1857.

BRITO, Anísio. A instrução pública no Piauí. Papelaria piauiense. Teresina. 1922.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução, elementos de uma teoria do sistema de ensino. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. F. A. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

DAMIANI, Magda Floriana; NEVES, Rita de Araujo. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. Rio Grande do Sul: UNIREVISTA - Vol. 1, nº 2, 2006.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, quilombos: modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, Brasília, 2015.

---

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GAMEIRO, Alvina. Curral de serras. Teresina: COMEPI/APL, 1980. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil 1872. Piauí.

JUNIOR, Itamar Vieira. Torto arado. Todavia, 2019.

LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

MARQUES, Mara Rúbia Alves; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação e cultura: diálogos possíveis. Revista Cocar, Belém, v. 10, n. 19, pág. 190-205, jan./jul. 2016.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana - uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, Muros sócios 2003.

MOGILKA, Maurício. Ser professor: formação e profissão. Revista Educação, Porto Alegre, v. 25, n. 2, pág. 1-10, 2002.

PATTERSON, Orlando. Escravidão e morte social: um estudo comparativo. Edusp, 2008.

PEREIRA, Antônio Sampaio. Velhas escolas-grandes mestras. Teresina, COMEPI, 1996.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. Revista USP , n. 18, pág. 6-29, 1993.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4ª ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

URSO, Flavio. A crise da representação política do Estado Perspectivas da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo. Editora Manoele LTDA, 2016.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. A educação escolar das crianças no Piauí (1730 – 1859). Teresina. EDUFPI. 2013

VIEIRA, Maria Alveni Barros; CARVALHO, Thatianny Jasmine Castro Martins de. Os mestres-escolas e as tiranias do tempo. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 17., 20-23 set. 2018. Sobral (CE), Anais... UFC: Fortaleza

---

(CE): UFC, 2018.p. 415-425. Tema: Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro.

### **Fontes documentais**

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 27.06.1859, APPI.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 01.11.1854, APPI.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 27.06.1857, APPI.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 05.12.1853, APPI.

### **Contribuições do autor:**

Manoel Rodrigues Pachêco Júnior - Contribuição do autor: Pesquisa e produção do artigo.

Salânia Maria Barbosa Melo - Orientação.